

Evasão e permanência na educação profissional

Evasión y permanencia en la educación profesional

Heloisia Carneiro de Souza

Instituto Federal Goiano-Campus Ceres

Guarinos-Goiás- Brasil

Luiz Mário Lopes Cardoso

Secretaria de Estado de Educação de Goiás

Jussara- Goiás-Brasil

Flávio Manoel Coelho Borges Cardoso

Instituto Federal Goiano-Campus Ceres

Ceres-Goiás-Brasil

Resumo

A Educação Profissional no Brasil iniciou com o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, criando 19 escolas de Aprendizes Artífices. Nesse percurso histórico, estas escolas se transformaram em Centros Federais de Educação Profissional, atualmente, em Instituições Federais de Educação Profissional, com ênfase na formação integral, transformações sociais de diversos jovens e adultos brasileiros. Para compreender o processo, objetiva-se analisar a relação entre a evasão e permanência na Educação Profissional e Tecnológica. A metodologia utilizada emprega a interpretação dos dados, mediante uma abordagem qualitativa, tendo como método a revisão bibliográfica. A análise revelou tanto fatores internos quanto externos e mostrou que estão sendo desenvolvidos programas e ações, assim como uma política de assistência estudantil, que contribuem para a emancipação e a libertação dos estudantes.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Evasão; Permanência.

Resumen

La Educación Profesional en Brasil comenzó con el Decreto nº 7.566, del 23 de septiembre de 1909, por el que se crearon 19 escuelas para Aprendiz de Artesanos. En ese largo de la historia, estas escuelas se convirtieron en Centros Federales de Educación Profesional, actualmente, Instituciones Federales de Educación Profesional, con énfasis en la formación integral y transformaciones sociales de varios jóvenes y adultos brasileños. Para comprender el proceso, el objetivo es analizar la relación entre deserción y retención en Educación Profesional y Tecnológica. La metodología utilizada emplea la interpretación de datos, utilizando un enfoque cualitativo, utilizando como método la revisión bibliográfica. El análisis reveló factores tanto internos como externos y mostró que se están desarrollando programas y acciones, así como una política de atención estudiantil, que contribuyen a la emancipación y liberación de los estudiantes.

Palabras clave: Educación Profesional y Tecnológica; Evasión; Permanencia.

Introdução

A educação profissional é marcada, ao longo do seu percurso histórico pela dualidade entre a formação para a classe burguesa, na linha propedêutica, e a formação para o trabalho, relacionada, na sua origem, aos pobres e desfavorecidos da sorte. O ponto de partida para o que se denomina Ensino Profissional no Brasil foi o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que, apesar da evidente preocupação com a manutenção da ordem social e da continuidade da formação profissional, direcionada aos desvalidos da sorte e aos “desvalidos da fortuna”, Fonseca (1986, p. 1) destaca, por um lado, a importância do Decreto n. 7.566/1909 como o marco inicial das atividades do Governo Federal no âmbito do Ensino de Ofícios e, por outro, denomina Nilo Peçanha de “fundador do ensino profissional no Brasil” (Caires; Oliveira, 2016, p. 46).

Salienta-se que o decreto de 1909, na sua parte central, traz a profissionalização com cunho assistencialista, com o objetivo proteger os desvalidos do destino, ou seja, acolher aqueles abandonados que estavam à mercê da própria sorte. É bom dizer que isso tinha um caráter “corretivo”, não formativo, pois o principal interesse era inibi-los de agir contra a ordem e as boas regras. Entretanto, com o passar do tempo e a ampliação dos meios de produção, foram iniciados alguns “avanços” na educação profissional, saltando do modelo assistencialista para a preparação de trabalhadores para uma atividade profissional. Como mostra Ramos, o início do século XX trouxe uma novidade para a educação profissional do país quando houve um esforço público de sua organização, modificando a preocupação mais nitidamente assistencialista de atendimento a menores abandonados e órfãos, para a da preparação de operários para o exercício profissional (Ramos, 2014, p. 25).

Percebe-se que a dualidade permanece e, no decorrer dos anos, vai se consolidando e se naturalizando. Este modelo dual da educação profissional, à luz da história, assemelha-se à origem da escola, ou seja, à organicidade da sociedade, dividida em classes. É importante entender que a atribuição da escola foi se modificando ao longo da história. Destarte, nas sociedades primitivas, tudo era comum, a educação acontecia de forma natural, passava de geração para geração e não havia divisão de classes. Nesse modelo de sociedade, “[...] prevalecia, aí, o modo de produção comunal, também chamado de ‘comunismo primitivo’. Não havia a divisão em classes. Tudo era feito em comum” (Saviani, 2007, p. 154).

Com o surgimento de novas camadas sociais, origina-se a escola, voltada para atender à elite, que dispunha de ócio, lazer, tempo livre, ao contrário da maioria, que apenas

trabalhava e não tinha acesso a essa educação. Então, a escola, na sua origem, “descartou” a classe que vive do trabalho, nascendo para atender a uma classe específica. Com o passar dos anos, ela passou a ser ofertada para quem desenvolvia o trabalho manual, no entanto, de forma fragmentada. Percebe-se assim que a escola privilegiou as elites e atendeu a uma pequena parte da sociedade de forma dicotômica. Nesse modelo de sociedade, “o conhecimento sempre foi reservado a uma elite, aos filósofos, aos sábios, aos religiosos” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2010, p. 31).

No Brasil, a educação profissional e tecnológica sempre foi um tema controverso e polêmico em diferentes governos. Mas, em 2008, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, estabeleceu a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Esses institutos, junto com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, do Estado do Rio de Janeiro (CEFET-RJ), os Centros Federais de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II, passaram a formar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Assim, neste novo horizonte de desenvolvimento, diante das transformações sociais e econômicas, e considerando a responsabilidade de formação humana e cidadã dos indivíduos, foi iniciada a ampliação da Rede Federal. Essa iniciativa representou um avanço significativo na diversificação e interiorização da educação profissional e tecnológica no Brasil, bem como no crescimento sustentável dessas regiões. É importante ressaltar que, à medida que a rede federal de ensino se expandiu no país, houve aumento na oferta de educação profissional em várias modalidades e níveis de ensino, juntamente com o aumento no número de vagas disponíveis nas diversas instituições (Souza, 2023).

Justamente perante esse contexto é que a educação profissional e tecnológica busca contribuir para vencer os paradigmas da estrutura de ensino dual, em que os caminhos da escolarização se diferenciam de acordo com a posição social do indivíduo, entre uma formação intelectual para a elite (classe dominante) e outra formação voltada para a capacitação técnica, a fim de preparar e adaptar a força de trabalho da classe trabalhadora (dominada) aos interesses do capital (Corrêa Filho, Paixão, Nogueira, 2022).

Assim, a permanência estudantil tem sido um desafio presente em todos os níveis e tipos de ensino nas últimas décadas no Brasil, considerando os indicadores significativos e os

Evasão e permanência na educação profissional

numerosos estudos sobre a evasão escolar no país (Moraes, 2023). A evasão e a permanência estão constantemente interagindo, sendo geradas pelas relações entre as classes sociais e o sistema educacional, e devem ser compreendidas considerando as divisões e hierarquias inerentes ao sistema de ensino (Oliveira; Magrone, 2021). Pois a saída antecipada do estudante de um curso, instituição ou sistema de ensino tem relação com a retenção escolar (Dore; Lüscher, 2011). Nessa perspectiva, o objetivo do presente estudo é analisar a relação entre evasão e permanência na educação profissional e tecnológica. A pesquisa atual adota uma abordagem qualitativa e inclui uma revisão bibliográfica sobre o tema da evasão e permanência na educação profissional na Rede Federal no Brasil. Os materiais foram pesquisados no Google Acadêmico e, após análise, foram selecionados os textos relevantes sobre o assunto.

Neste ponto de vista, a questão da evasão e da permanência dos estudantes na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem sido frequentemente abordada em estudos científicos realizados no Brasil. Autores como Silva Filho; Araújo (2017), Feitosa; Oliveira (2020), Souza; Cardoso; Sousa (2023) e Bordini (2021) exploraram esse tema em suas recentes revisões bibliográficas, concentrando-se em entender as razões que levam os alunos a abandonar os estudos. Uma síntese a esse respeito será apresentada no próximo tópico deste artigo.

A evasão escolar na educação profissional e tecnológica – políticas de enfrentamento

A evasão escolar não é um problema novo na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Santos (2000) apresentou uma tabela com o número de matrículas, a frequência e a evasão nas escolas de aprendizes e artífices por estado em 1910, tendo esclarecido que desde o início do seu funcionamento a rede apresentava altos índices de evasão. Meira (2015) traz que a evasão escolar tem se apresentado, historicamente, como uma deficiência do sistema educacional brasileiro, deficiência essa, longe de ser superada.

O Brasil ocupa o terceiro lugar na lista dos países com maior taxa de abandono escolar. Isso acarreta diversos prejuízos, incluindo o desperdício de investimento público, o agravamento da desigualdade e o aumento dos problemas sociais causados pela falta de educação (Silva Filho; Araújo, 2017). Estudos recentes do IBGE revelaram que quatro em cada dez jovens brasileiros que completaram 19 anos em 2018 não haviam concluído o ensino médio (Cecílio, 2019). A evasão é um fato preocupante, que compreende um conjunto de

fatores institucionais e individuais, que podem motivar o aluno a se decidir por abandonar ou permanecer na escola (Feitosa; Oliveira, 2020).

Sendo assim, esses fatores institucionais são os elementos internos que estão diretamente relacionados à instituição de ensino, podendo ser agrupados em três categorias, que abrangem políticas de suporte, formação de professores e infraestrutura escolar. Embora esses elementos internos possam colaborar para a permanência dos estudantes e exercer influência sobre a decisão de concluir o curso ou abandoná-lo, eles também podem estar associados aos contextos externos em que os estudantes estão inseridos. Dessa forma, considera-se que os fatores individuais são os elementos externos que podem influenciar nos resultados acadêmicos dos estudantes, ou seja, aqueles que não têm uma ligação direta com a escola, estando organizados em três categorias, que incluem trabalho e relações familiares e de amizade (Souza; Cardoso; Moraes, 2023).

Entre os fatores que colaboram para a manutenção e o sucesso nos estudos, podemos ressaltar o suporte e o encorajamento familiar, identificação com a área de estudo escolhida, cursar em uma instituição que ofereça um ensino de qualidade e a perspectiva de conseguir trabalho na mesma área. As informações apresentadas mostram que as instituições de ensino precisam desenvolver ações com o objetivo de diminuir o abandono dos estudos e contribuir para a permanência e o sucesso dos estudantes. De acordo com Silva Filho e Araújo (2017), quando um aluno abandona a escola por razões internas ou externas, isso leva à diminuição da taxa de conclusão escolar. A evasão escolar pode ser descrita como a paralisação dos estudos em razão de diversos problemas, que podem ser classificados como individuais, internos ou externos à instituição (Brasil, 2014).

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, a evasão escolar se refere à saída do aluno da instituição de ensino.

Evasão: saída antecipada, antes da conclusão do ano, série ou ciclo, por desistência (independentemente do motivo), representando, portanto, condição terminativa de insucesso em relação ao objetivo de promover o aluno a uma condição superior, no que diz respeito à ampliação do conhecimento, ao desenvolvimento cognitivo, de habilidades e de competências almejadas para o respectivo nível de ensino [...] (Inep, 2017, p. 11-12).

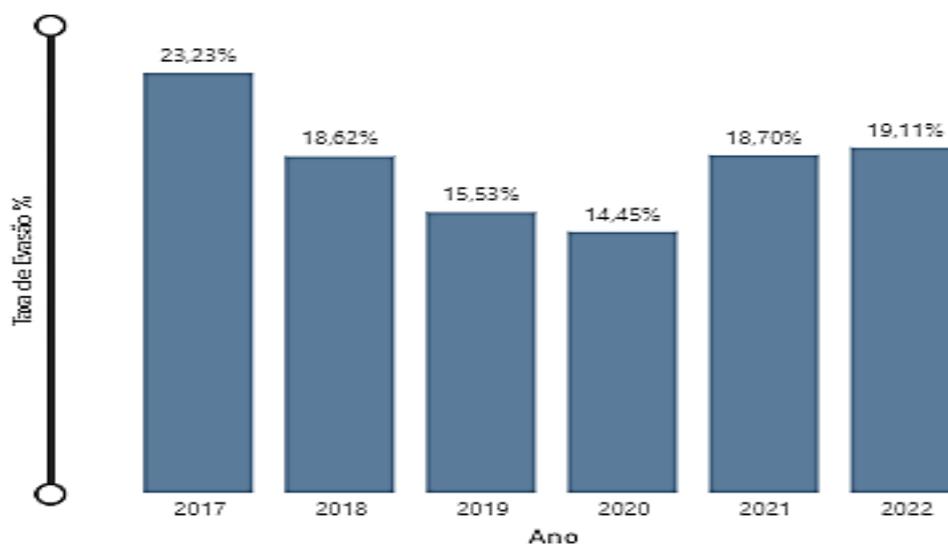
A evasão escolar desponta como uma das questões mais prementes a ser enfrentada, não só pelos educadores, mas também pelos governos e pela sociedade como um todo. Tal

Evasão e permanência na educação profissional

urgência se deve ao fato de que o êxito ou fracasso na educação reverbera na economia, na segurança e na saúde coletiva, além de influenciar os aspectos intrínsecos ao bem-estar dos indivíduos e à própria soberania nacional (Souza; Artuso, 2022). Assim, a evasão pode ser determinada por diversos fatores, que podem estar ligados aos aspectos individuais (externos), como também institucionais (internos), ou ainda, aos dois aspectos simultaneamente.

À vista disso, o trabalho integrado entre gestores, professores, corpo técnico, família e comunidade local para dialogar e procurar compreender os motivos que causam o abandono é de fundamental relevância (Feitosa; Oliveira, 2020, p. 36). O abandono escolar é entendido como a relação entre os diversos fatores que envolvem os estudantes. Evasão e permanência são constantemente interligadas, sendo resultado das interações entre as classes sociais e o sistema educacional, e devem ser compreendidas a partir das divisões e hierarquias inerentes ao sistema de ensino (Oliveira; Magrone, 2021).

A Figura 1 - Taxa de evasão na Rede Federal nos últimos seis anos



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, ano base (2022), edição (2023).

A Figura 1 mostra que a taxa de abandono em 2017 era alta em comparação com o ano de 2022, tendo ocorrido uma redução em 2020, sendo importante ressaltar que essa porcentagem de abandono escolar refere-se especificamente à Rede Federal. Portanto, iremos agora fornecer os dados referentes ao Instituto Federal Goiano (IF Goiano), o qual integra essa rede. Nesse sentido, verificou-se que a taxa de evasão no ano de 2022 foi de

16,08% (Brasil, 2022). Assim sendo, não devemos somente contemplar a problemática do abandono escolar, mas, sim, garantir como estão ocorrendo o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes que integram a Rede Federal.

A permanência e o êxito estão vinculados à aprendizagem como uma construção entre professor e estudante, à socialização e também à conclusão da formação no tempo esperado (Silveira, 2017). Assim, esses fatores auxiliam na permanência dos estudantes, pois condições socioeconômicas influenciam diretamente no rendimento e na permanência escolar. A permanência deve ter caráter de existir em constante fazer, portanto, ser sempre uma transformação, pois permanecer é estar e ser contínuo no fluxo do tempo, transformado pelo diálogo e pelas trocas necessárias, construtoras da própria existência (Souza; Cardoso; Sousa, 2023, p. 274). Os números da educação revelam as gritantes disparidades sociais que há muito tempo moldam a sociedade brasileira, claramente percebidas tanto nas oportunidades de ingresso no ensino como também nos caminhos trilhados e no sucesso alcançado pelos estudantes (França; Escott; Machado, 2022).

Segundo o Acórdão, a evasão é um problema significativo na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Com base nos levantamentos realizados, a SETEC/MEC emitiu um Documento Orientador com o objetivo de superar a evasão e a retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O objetivo desse documento foi subsidiar o desenvolvimento de ações que possibilitassem aos estudantes alcançar sucesso na sua formação acadêmica e profissional, visando a garantir sua permanência e êxito.

Por conseguinte, os Institutos Federais passaram por uma auditoria operacional entre agosto de 2011 e abril de 2012, conduzida pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em razão da sua significativa expansão recente. A escolha da Educação Profissional como foco se deu pela sua importância estratégica na garantia de acesso dos cidadãos a oportunidades de um emprego qualificado, assim como pelo progresso científico e tecnológico da sociedade. Neste contexto, a auditoria destacou questões relacionadas ao desempenho da Educação Profissional, analisando os Institutos Federais em cinco diferentes áreas.

- a) caracterização da evasão e medidas para reduzi-la;
- b) interação com os arranjos produtivos locais;
- c) integração acadêmica entre as áreas de pesquisa e extensão;
- d) iniciativas de apoio à inserção profissional dos alunos no mercado de trabalho; e

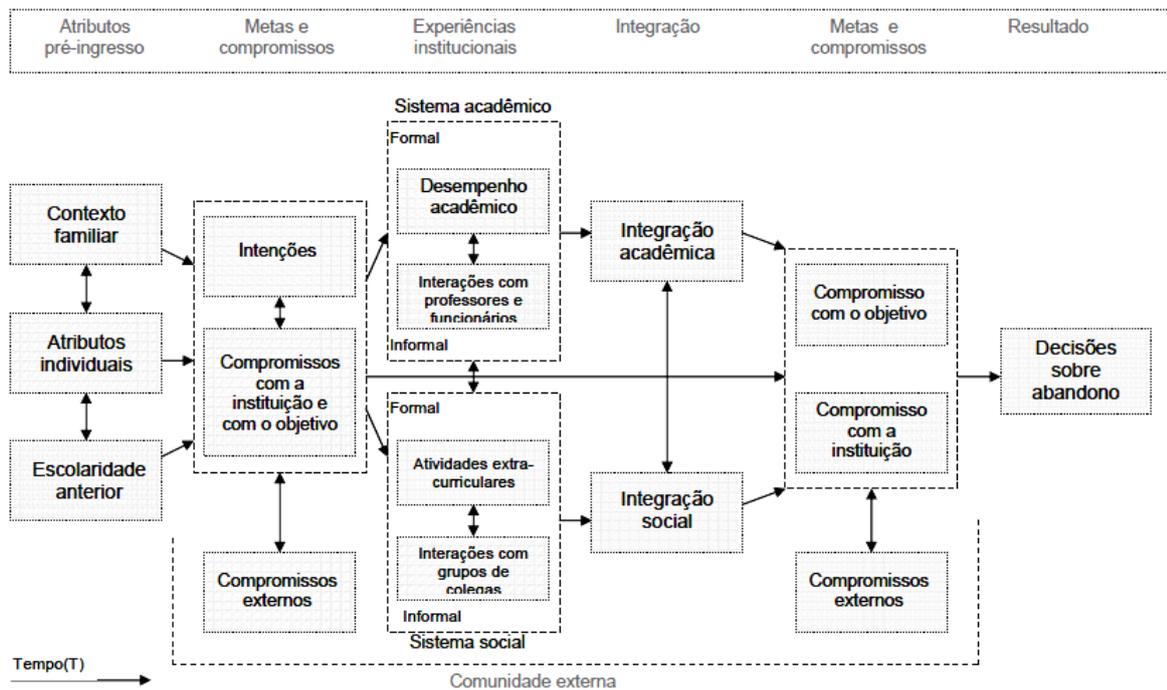
Evasão e permanência na educação profissional

e) infraestrutura e suporte à prestação dos serviços educacionais (Brasil, 2012).

No estudo denominado " Fatores associados à permanência e ao êxito dos estudantes nos cursos técnicos subsequentes/concomitantes " foi constatado que 45,3% dos estudantes mencionaram que os docentes mostram preocupação para com os alunos, uma vez que eles os incentivam, ministram aulas interessantes e apresentam propostas inovadoras. Por outro lado, os restantes 41,5% afirmaram que os professores abordam as experiências de vida e profissionais dos estudantes nos temas das aulas (Souza; Cardoso; Sousa, 2023).

Apontando diferentes dimensões que envolvem a temática, para uma melhor compreensão, a Figura 2 apresenta, de forma sistematizada, a aprendizagem e a permanência na integração acadêmica e social na instituição.

Figura 2- Modelo de integração acadêmica e social na instituição.



Fonte: Feitosa, Oliveira (2020, p. 514).

Segundo Barbosa (2019), enfatiza-se a importância de adotar uma abordagem preventiva contra a evasão escolar por meio de uma intervenção junto ao corpo docente da instituição. Essa ação visa a promover a interação de todos os estudantes durante o processo de ensino e aprendizagem em sala de aula, com:

a finalidade de aprender conteúdo para a profissão e para a vida, por isso a importância da solidariedade na construção do conhecimento. Quanto menos dúvidas levarem para casa, mais eficientes foram o momento e o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando a eles se tornarem sujeitos ativos na construção do conhecimento (Barbosa, 2019, p. 60).

O modo como o aluno interage com o professor, com os colegas de sala, como está sendo construída a relação entre a escola e este indivíduo é de suma importância, tendo em vista que, a partir dessa interação, podemos observar como está sendo o desenvolvimento deste estudante na instituição. Com essa interação, podemos observar que há estudantes que têm que conciliar estudos e trabalho, sendo a relação do trabalhador estudante com a evasão, muitas vezes, definida pela “impossibilidade de conciliar trabalho e estudo”, segundo Almeida (2019, p. 124). No entanto, a obrigação de trabalhar e garantir os estudos leva os estudantes a abandonar a escola e a escolher somente o trabalho (Souza; Cardoso; Sousa, 2023).

A intervenção feita de maneira antecipada pode ser a opção mais rentável e poderosa para evitar o abandono dos estudos (Rumberger, 2011). Existe uma distinção entre evasão e abandono: abandono é quando o estudante deixa a escola em um ano, mas retorna no ano seguinte; evasão é quando o estudante deixa a escola e não retorna mais ao sistema (INEP, 1998). Portanto, “Compreendendo a palavra evasão como sinônimo para fuga, desistência ou abandono de algo, podemos dizer que o abandono de um curso na sua trajetória pode ser classificado como evasão” (Cordeiro; Zarpelon, 2011, p. 71).

É fundamental empreender ações que visem à permanência deste aluno no ambiente escolar, pois, para o aluno, esse processo representa oportunidades de obter estudos e recursos financeiros. Para a instituição de ensino, a evasão estudantil significa ineficiências operacionais e perdas em razão da subutilização de recursos organizacionais, como instalações, tecnologia e pessoal (Silva; Cabral; Pacheco, 2020). No entanto, notou-se que com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, juntamente com o aumento da disponibilidade de vagas e a implementação de políticas de ação afirmativa pela Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, que reserva no mínimo 50% das vagas para alunos provenientes de escolas públicas, das quais 50% são destinadas a estudantes de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário- mínimo per capita, houve inclusão de grande parte da população nos Institutos Federais e universidades. Mas não foi assegurada a

Evasão e permanência na educação profissional

permanência desses estudantes nas instituições, contribuindo assim para os elevados índices de evasão escolar.

Conforme preveem o Art. 206 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e o Art. 3º da Lei nº 9.394/1996 assim como o Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil, no art. 5º estabelece que serão atendidos prioritariamente estudantes oriundos de escola pública com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio (Brasil, 2010).

Sua execução se dará via conjunto de ações que visem à permanência com êxito do estudante na Instituição, sua autonomia, independência e que busque, principalmente, o rompimento da desigualdade social, econômica e cultural no mundo acadêmico (Goiás, 2018, p. 216).

O mencionado Decreto ressalta que as instituições educacionais, incluindo os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, devem considerar suas particularidades, áreas de estudo, pesquisa e extensão, bem como as necessidades dos estudantes, sendo responsáveis por implementar medidas de assistência estudantil, com o objetivo de promover a permanência dos alunos, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico, prevenindo a retenção e a evasão escolar decorrentes da falta de recursos financeiros. As políticas públicas para a permanência dos estudantes têm um valor público não só pela inclusão das camadas sociais com condições socioeconômicas desfavoráveis, mas também por se manterem ao longo da graduação. Estudos destacam a importância de pesquisas na área de políticas públicas para a permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade social, decorrente da democratização do ensino promovida pela expansão das instituições federais de ensino nos últimos anos (Lima; Ferreira, 2016).

Foi elaborado mais um documento na área da Educação Profissional Técnica (EPT) no âmbito da rede federal. Trata-se de um documento orientador para superar a evasão e a retenção na Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico (2014). Esse documento contém informações relevantes para o desenvolvimento de estratégias voltadas para a permanência e o sucesso do estudante, com o objetivo de:

[...] orientar o desenvolvimento de ações capazes de ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo formativo oferecido pelas instituições da Rede Federal, respeitadas as especificidades de cada região e território de atuação. Assim, oferecem-se subsídios para a criação de planos estratégicos institucionais que contemplem o diagnóstico das causas de evasão e retenção e a implementação de políticas e ações

administrativas e pedagógicas de modo a ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo educativo (Brasil, 2014, p. 4).

Programas como PNAES, NAPNE, NEABI e NEPEDS são um conjunto de iniciativas unificadas e complementares que visam a diminuir as disparidades socioeconômicas. Esses são apenas alguns dos métodos que o IF Goiano utiliza para apoiar e beneficiar seus estudantes, levando em consideração os recursos humanos e financeiros disponíveis em cada campus. Além dessas medidas, outras ações relacionadas à política institucional podem ser implementadas, desde que estejam dentro dos limites orçamentários da instituição (Souza; Cardoso; Sousa, 2023). Assim, ressaltamos que desde sua criação a política de assistência vem crescendo em recursos, ampliando as possibilidades de assistência. Essa prática de assistência é parte de uma educação árdua na busca de uma sociedade humanizada (Vaneli Junior; Carvalho, 2023, p. 17).

Em todas as instituições federais de ensino, há objetivos próprios e a presença do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), considerando que cada instituição tem suas características específicas. É importante ressaltar que a concepção política tem contribuído para o desenvolvimento de políticas públicas de assistência estudantil. No entanto, a assistência estudantil é um direito social fundamental que visa a garantir o acesso e a permanência dos estudantes, promovendo o aspecto colaborativo e abrangente da formação humana.

Considerações Finais

A Educação Profissional e Tecnológica está em constante desenvolvimento com o propósito de oferecer uma educação de qualidade, libertadora, profissional e humana. Com esse crescimento, surgem os desafios enfrentados pelos estudantes, que envolvem fatores tanto internos (institucionais) quanto externos (individuais). Os fatores internos estão relacionados à instituição, a políticas de apoio, à formação de professores e à infraestrutura escolar. Por outro lado, os fatores externos dizem respeito ao trabalho, às relações familiares e de amizade.

Muitos estudantes precisam conciliar estudos e trabalho, o que acarreta problemas, pois eles acabam não conseguindo se manter nos estudos, resultando na evasão escolar. Diante dessa realidade, diversos programas, ações e políticas de assistência estudantil estão

Evasão e permanência na educação profissional

sendo desenvolvidos para contribuir com a emancipação e libertação dos estudantes diante dessas dificuldades, porém as iniciativas de combate, controle e redução da evasão e da retenção escolar ainda estão em estágio inicial. Pois é de conhecimento geral que os programas de apoio aos estudantes são apenas parte de um conjunto de medidas e diretrizes que podem ser implementadas e combinadas para combater as desigualdades de permanência encontradas nas diversas realidades vivenciadas na escola. São muitos os obstáculos a serem vencidos e as razões que levam à evasão são variadas, já que diversos fatores contribuem para essa situação.

Referências

ALMEIDA, Ana Paula de. **Os movimentos dos cursos técnicos subsequentes sobre os sentidos do trabalho: a (des)alienação dos trabalhadores-estudantes**. 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação Profissional e Tecnológica), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19226>. Acesso em: 7 mar. 2024.

BARBOSA, Raphael Franzoni. **Evasão e reprovação no ensino médio integrado do CEFET-MG Campus Leopoldina: uma proposta de Manual para a Comissão de Permanência e Êxito**. 2019. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - Campus Rio Pomba, Rio Pomba, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7893708. Acesso em: 22 jun. 2023.

BORDINI, Marcella. A evasão escolar: uma metassíntese qualitativa de estudos brasileiros (2015-2020). **Interfaces**, Guarapuava, v. 12, n. 1, p. 219-231, 2021.

BRASIL. **Acórdão nº 506/2013 – TCU – Plenário, de 13 de março de 2013**. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União. 13 de março de 2013. Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/KEY%253AACORDAO-COMPLETO-1250021/DTRELEVANCIA%2520desc/o/sinonimos%253Dfalse. Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, a.147, n. 137, p. 5, 20 jul. 2010.

BRASIL. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. 2014. Disponível em <http://r1.ufrrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

BRASIL. **Plataforma Nilo Peçanha (Brasil) – PNP 2023 (Ano Base 2022)**. Brasília: Ministério da Educação, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. **Relatório de Auditoria: Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília: Tribunal de Contas da União 2012. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?online=1&fileId=8A8182A14D92> Acesso em: 31 mar. 2023.

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação profissional brasileira: da colônia ao PNE (2004-2014)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

CECÍLIO, Camila. Abandono e evasão escolar: aluno deixa a escola ou a escola se distancia da realidade do aluno? **Gestão Escolar**, 30 de julho de 2019. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2217/abandono-e-evasao-escolar-estudante-deixa-a-escola-ou-a-escola-se-distancia-da-realidade-do-aluno>. Acesso em: 22 maio 2022.

CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves; ZARPELON, Shirley Flores. Indígenas cotistas da UEMS: acesso, permanência e evasão dos primeiros ingressantes em 2004. **Educação e Fronteiras**, v. 1, n. 1, p. 65-79, 2011.

CORRÊA FILHO, Itamar de; PAIXÃO, Jairo Antônio da; NOGUEIRA, Marlice de Oliveira E. Origin, expansion and interiorization of Vocational and Technological Education in Brazil. **Revista Diálogo Educacional**, v. 22, n. 74, p. 996-1022, 2022.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio de Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, FCC, v. 41, n. 144, p. 772-789, dez. 2011.

FEITOSA, Marivânia da Silva; OLIVEIRA, Cristiane Ayala de. **A evasão na educação profissional: do entendimento da problemática a propostas de enfrentamento**. 2020. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/573828>. Acesso em: 13 out. 2023.

FONSECA, João Severino da. **Viagem ao redor do Brasil: 1875-1878**. V. 1, 1986.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; ESCOTT, Clarice Monteiro; MACHADO, Lucília Regina. Permanência e êxito de mulheres na EJA-EPT: possibilidades e desafios do IFRS. **Plurais-Revista Multidisciplinar**, v. 7, p. 1-22, 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GOIÁS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023)**. Instituto Federal Goiano. IF Goiano, 2018. Disponível em: https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/39_-_PDI_2019-2023_-_revisado_18-03-2019.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023.

Evasão e permanência na educação profissional

INEP. **Metodologia de Cálculo dos Indicadores de Fluxo da Educação Superior**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017.

INEP. **Aprovação escolar cresce, enquanto diminuem o abandono e a reprovação**. Brasília, 1998. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo//asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/informe-estatistico-do-mec-revelamelhoria-do-rendimento-escolar/21206. Acesso em: 4 set.2023.

LIMA, Wandilson Alisson Silva; FERREIRA, Liliâne Caraciolo. Mapeamento e avaliação das políticas públicas de assistência estudantil nas universidades federais brasileiras. **Revista Meta: Avaliação**, Brasil, v. 8, n. 22, p. 116-148, maio 2016.

MEIRA, Cristiane Araújo. **A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no campus Cariacica, do Instituto Federal do Espírito Santo**. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

MORAES, Patricia Maccarini. Análises sobre a Permanência Estudantil nos Institutos Federais de Educação. **Educação & Realidade**, v. 48, p. e123541, 2023.

OLIVEIRA, Jose Adelmo Menezes de; MAGRONE, Eduardo. Evasão Escolar: apreensões e compreensões em contexto adverso. **Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 26, p. 11-32, dez. 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/issue/view/1083/399>. Acesso em: 2 mar. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

RUMBERGER, Russell. W. **Dropping out: why students drop out of high school and what can be done about it**. Cambridge: Harvard University Press, 2011. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/58p2c3wp>. Acesso em: 3 nov. 2023.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. LOPES, Eliana Marta T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 606 p.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista brasileira de educação**, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.

SILVA, Fernanda Cristina; CABRAL, Thiago Luiz Oliveira; PACHECO, Andressa Sasaki Vasques. Evasão ou permanência? Modelos preditivos para a gestão do Ensino Superior. **Education Policy Analysis Archives**, v. 28, p. 149-149, 2020.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jun. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/24527/15729>. Acesso em: 22 maio 2023.

SILVEIRA, Rozieli Bovolini. **O programa permanência e êxito no instituto federal farroupilha: trabalho pedagógico e fracasso escolar.** 167 f. Dissertação de mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Santa Maria, 2017.

SOUZA, Salomão Lindoso; ARTUSO, Alysson Ramos. Abandono, evasão, permanência e êxito na educação profissional e tecnológica: considerações sobre o estado da arte de 2015 A 2019. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 6, n. 1, p. 135-149, 2022.

SOUZA, Telma Mariá Viola de. **Biblioteca e educação profissional: um estudo das bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** 2023. 169 f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2023.

VANELI JUNIOR, Dário; CARVALHO, Ademar de Lima. A política pública de assistência estudantil nas instituições federais de ensino superior: conscientização e educação libertadora em debate. **Educação**, p. 85/1-22, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/66469/61434>. Acesso em: 20 nov. 2023.

Sobre os autores

Heloísa Carneiro de Souza

Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) Campus Ceres (2023). Licenciada em Pedagogia pela Fundação Universidade do Tocantins (2009). Possui Especialização em Educação Infantil (2012) e Psicopedagogia Clínica e Institucional (2020). Professora efetiva da rede municipal de Guarinos-GO. Atua na pesquisa científica principalmente sobre os temas: Educação; Educação Profissional e Tecnológica; História da Educação Profissional. E-mail: heloisia2011@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8173-875X>.

Luiz Mário Lopes Cardoso

Graduado em Pedagogia pela Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns (1998) e em Matemática pela Universidade Estadual do Tocantins (2011), especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade de Goiás (2000), Matemática e Estatística pela Universidade de Lavras (2001), Gestão Empresarial e de Negócios pela Universidade Católica de Goiás (2007), Tecnologia em Educação pela Puc-Rio (2010) e Gestão da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2013), mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Campus Ceres (2023). Atualmente está fazendo graduação em Direito pela Faculdade de Jussara (2024). É parecerista de dois periódicos científicos nacionais. É Professor PIV pertencente ao quadro permanente da Secretaria de Estado da Educação de Goiás, desde 1999. Neste período ocupou o cargo de diretor da Escola Agrícola Comendador João Marchesi de 2001 a 2007. Foi Subsecretário Regional de Educação de Jussara de 2007 a 2018. No presente momento está lotado no Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás Maria Tereza Garcia Neta Bento. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em gestão escolar, práticas pedagógicas e docência. Participa do Grupo de Pesquisa sobre Saúde da Criança e do Adolescente (GPSaCA - <https://www.gpsaca.com.br>). Para

contato: l Luiz.Cardoso@seduc.go.gov.br / l Luiz.Mario@estudante.ifgoiano.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3345-1188>.

Flávio Manoel Coelho Borges Cardoso

Bacharelado em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Bahia (1992), Licenciatura Plena com Habilitação em Administração pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (1997). Bacharelado em Direito pela UniEvangélica (2022). Especialista em Controladoria e Finanças pela PUC-GO, Mestre em Administração pela PUC - Minas (2005) e Doutor em Administração pela Universidade de Brasília - UNB / Universidad Jaume I - UJI - Espanha (2016). Professor Visitante na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2023). Professor Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. Docente permanente credenciado junto ao Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica ProfEPT do IF Goiano Campus Ceres e Programa de Mestrado em Administração do IF Goiano Campus Rio Verde. Tem experiência na área de Administração e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Empreendedorismo, Arranjos Produtivos Locais ou Clusters, Spin-Offs, Direito e Justiça, Educação Profissional e Tecnológica. E-mail: flavio.cardoso@ifgoiano.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1587-0597>.

Recebido em: 10/03/2024

Aceito para publicação em: 11/12/2024